



CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS COMPLETAS

- Declarações para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e Parecer dos Auditores Independentes;
- Relatório da Administração.

Itirapina, 06 de março de 2013



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de Diretores da CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 02.555.926/0001-79, com sede na rodovia Washington Luís km 216,8 - pista sul, município de Itirapina/SP, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. referentes às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 06 de março de 2013

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de Diretores da CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 02.555.926/0001-79, com sede na rodovia Washington Luís km 216,8 - pista sul, município de Itirapina/SP, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 06 de março de 2013

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012**

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.
Itirapina - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Sociedades abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ribeirão Preto, 05 de março de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2012	2011		Nota explicativa	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	141.429	189.021	Empréstimos e financiamentos	11	2.405	3.805
Contas a receber	6	19.568	16.743	Debêntures	12	75.977	76.221
Empréstimos a partes relacionadas	13	21.361	16.412	Fornecedores		3.861	2.426
Contas a receber - partes relacionadas	13	24	43	Fornecedores - partes relacionadas	13	1.933	869
Despesas antecipadas		779	660	Obrigações sociais		2.238	1.985
Aplicações financeiras vinculadas	7	12.708	18.321	Obrigações fiscais	14	15.161	12.386
Outros créditos		127	198	Contas a pagar - partes relacionadas	13	14	110
		195.996	241.398	Cauções contratuais	15	995	1.101
				Dividendos propostos	13	-	11.507
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	52	Juros sobre capital próprio a pagar	13	1.168	1.438
Contas a receber - partes relacionadas	13	45.000	45.000	Credores pela concessão	16	11.025	10.370
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	25.578	14.730	Provisão para manutenção	17.2	8.635	9.397
Depósitos judiciais		185	155	Outras contas a pagar		578	870
Imobilizado	9	1.271	1.695			123.990	132.485
Intangível	10	287.018	320.936				
		359.052	382.568				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	68.718	65.078
				Reserva legal		13.744	13.016
				Reservas de lucros		38.014	47.006
						120.476	125.100
Total do ativo		555.048	623.966	Total do passivo e patrimônio líquido		555.048	623.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2012	2011
Receita operacional líquida	19	284.069	254.478
Custo dos serviços prestados	20	(132.828)	(118.621)
Lucro bruto		151.241	135.857
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(10.857)	(10.790)
Remuneração da administração	13	(537)	(513)
Tributárias		(20)	-
Outras receitas operacionais, líquidas		32	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		139.859	124.554
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	21.150	33.639
Despesas financeiras	21	(50.689)	(63.033)
		(29.539)	(29.394)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		110.320	95.160
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	23	(46.357)	(36.421)
Diferidos	23	10.848	5.616
Lucro líquido do exercício		74.811	64.355
Lucro por ação básico e diluído	24	1,1242	1,1015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	74.811	64.355
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>74.811</u>	<u>64.355</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais - R\$)

	2012	2011
Receitas		
Prestação de serviços	306.564	269.464
Receita dos serviços de construção	1.920	5.965
Outras receitas	2.469	2.693
	310.953	278.122
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(23.765)	(20.210)
Custo dos serviços de construção	(1.920)	(5.965)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.292)	(6.728)
Custo da concessão	(15.358)	(13.608)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(49.122)	(33.494)
Outros	(2.020)	(3.144)
	(96.477)	(83.149)
Valor adicionado bruto	214.476	194.973
Depreciações e amortizações	(35.984)	(35.849)
Valor adicionado líquido produzido (retido)	178.492	159.124
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.150	33.639
	21.150	33.639
Valor adicionado total a distribuir	199.642	192.763
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	9.750	8.960
Benefícios	3.330	2.726
FGTS	840	753
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	49.213	43.129
Estaduais	239	323
Municipais	15.456	13.587
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	41.046	55.433
Aluguéis	1.383	1.281
Outras	3.574	2.216
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre o capital próprio	5.833	5.202
Dividendos	26.596	11.507
Integralização de capital	3.640	3.200
Lucros retidos	38.742	44.446
	199.642	192.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Dividendo proposto		
Saldos em 1º de janeiro de 2011	61.878	12.376	28.630	-	102.884
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.355	64.355
Integralização de capital	3.200	-	(3.200)	-	-
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	640	-	(640)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(25.430)	-	(25.430)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.202)	(5.202)
Dividendos propostos	-	-	-	(11.507)	(11.507)
Dividendo adicional proposto	-	-	47.006	(47.006)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.078	13.016	47.006	-	125.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	74.811	74.811
Integralização de capital	3.640	-	-	(3.640)	-
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	728	-	(728)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(47.006)	-	(47.006)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.833)	(5.833)
Dividendos propostos	-	-	-	(26.596)	(26.596)
Dividendo adicional proposto	-	-	38.014	(38.014)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	68.718	13.744	38.014	-	120.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	74.811	64.355
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	35.984	35.849
Baixa de ativos permanentes	852	2.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.848)	(5.616)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	6.075	5443
Receitas com aplicações financeiras vinculadas	(1.699)	(2.550)
Juros e variações monetárias de empréstimos	970	1.247
Juros e variações monetárias de debêntures	38.430	53.057
Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.570	(14)
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	348	635
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	6.534	7.436
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(5.823)	(7.023)
Outros	-	(12)
Redução/(aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.805)	(2.109)
Despesas antecipadas	(119)	486
Impostos a recuperar	1.157	1.443
Outros créditos e depósitos judiciais	41	154
Redução/(aumento) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.314	498
Fornecedores - partes relacionadas	968	1.298
Cauções contratuais de fornecedores	(106)	301
Obrigações sociais	253	119
Obrigações fiscais	44.542	30.140
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.642)	(26.973)
Outras contas a pagar	(292)	(327)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(79)	-
Credores pela concessão	73	92
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	150.509	160.241
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(235)	(662)
Aquisições de itens do intangível	(2.055)	(10.170)
Aplicações financeiras vinculadas	(91.004)	(98.542)
Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	98.084	111.030
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	4.790	1.656
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos:		
Pagamentos de principal	(3.864)	(4.227)
Pagamentos de juros	(756)	(1.419)
Debêntures:		
Pagamento de principal	(67.321)	(67.321)
Pagamento de juros	(30.608)	(43.769)
Pagamento de credores pela concessão	(10.005)	(9.358)
Pagamento de dividendos	(85.109)	(36.483)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(5.228)	(2.983)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(202.891)	(165.560)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(47.592)	(3.663)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	189.021	192.684
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	141.429	189.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o DER/SP - nº 16/CIC/97.

Transferência do controle acionário

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Sociedade para a Abertis e Brookfield.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Diretoria em 05 de março de 2013.

2. Concessões

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na Nota Explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 10 e 16, respectivamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)**

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade estima, na data-base 31 de dezembro de 2012, investimentos nos montantes de R\$20.626 referentes a melhorias na infraestrutura, e de R\$174.296 referentes a recuperações e manutenções, a valores correntes, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo, contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por estar implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável a reajuste em 1 de julho de 2013.

3. Base para preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos e estabeleça estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo que podem resultar ajuste material nos próximos exercícios, estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longoprazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionado à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais são descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC-01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade limita o reconhecimento do efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando contrata serviços de construção, a concessionária deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, e aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuem os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras anuais são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização, como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras anuais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a Nota Explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado nos passivos circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social baseia-se no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

No Imposto de Renda e na Contribuição Social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme a Nota Explicativa nº 8.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Essas provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 17.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

4.11. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

- Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade, relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco implícita no contrato de concessão na data inicial do contrato e deve ser adotada consistentemente até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Provisão para manutenção em rodovias - real	8.924	9.711
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	8.635	9.397
Efeito do ajuste a valor presente	(289)	(314)
Credores pela concessão - real (*)	11.300	10.628
Credores pela concessão a valor presente (*)	11.025	10.370
Efeito do ajuste a valor presente	(275)	(258)
Não circulante		
Provisão para manutenção em rodovias - real	48.450	37.902
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	41.479	31.613
Efeito do ajuste a valor presente	(6.971)	(6.289)
Credores pela concessão - real	47.449	53.976
Credores pela concessão a valor presente	40.570	45.082
Efeito do ajuste a valor presente	(6.879)	(8.894)

(*) Incluem a parcela variável conforme Nota Explicativa nº 16.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.12. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras anuais:

Pronunciamento/ interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros-Reconhecimento e Mensuração"	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Pronunciamento/ interpretação	Descrição	Vigência
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no exercício de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, foram adotados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras anuais:

Pronunciamento/ interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Pronunciamento/ interpretação	Descrição	Vigência
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente a IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente a IFRS 12);
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2012	2011
Caixa e bancos	2.063	1.862
Aplicações financeiras (*)	139.366	187.159
Total	<u>141.429</u>	<u>189.021</u>

(*) Representadas por aplicações em cotas de fundos de investimentos, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 101,2% da variação do CDI no período.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

6. Contas a receber

Representadas por:

	2012	2011
Pedágio eletrônico a receber (a)	17.816	15.077
Cupons de pedágio a receber	1.305	1.039
Cartões de pedágio a receber	91	128
Receitas acessórias a receber	356	499
Total	<u>19.568</u>	<u>16.743</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25.c.

7. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures -SinkingFund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Em 31 de dezembro de 2012 o valor dessa aplicação é de R\$12.708 (R\$18.373 em 31 de dezembro de 2011), essas aplicações foram remuneradas na média a 97% da variação do CDI.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Representados por:

	2012	2011
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.163	894
Direito de concessão incorporado (b)	(2.918)	(3.373)
Mudança de prática contábil (c)	(1.390)	(2.294)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (d)		
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	28.260	7.087
Provisão para manutenção	50.114	41.010
Base de cálculo	75.229	43.324
Alíquota nominal	34%	34%
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	<u>25.578</u>	<u>14.730</u>

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano;
- (c) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente;
- (d) Sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de praticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos pelo seu valor líquido. Para melhor comparabilidade os saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Ativo
2013	3.993
2014	3.597
2015	3.597
Após 2016	14.391
	25.578

9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

Custo do imobilizado bruto	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2011	906	2.309	102	3.317
Adições	97	565	-	662
Alienações e baixas	(42)	(80)	-	(122)
Transferências	(110)	-	-	(110)
Saldo em 31/12/2011	851	2.794	102	3.747
Adições	43	173	-	216
Alienações e baixas	(46)	(192)	-	(238)
Saldo em 31/12/2012	848	2.775	102	3.725
Depreciação acumulada				
Saldo em 01/01/2011	(418)	(1.327)	(55)	(1.800)
Depreciação	(72)	(385)	(20)	(477)
Alienações e baixas	36	79	-	115
Transferências	102	8	-	110
Saldo em 31/12/2011	(352)	(1.625)	(75)	(2.052)
Depreciação	(82)	(409)	(29)	(520)
Alienações e baixas	32	84	2	118
Saldo em 31/12/2012	(402)	(1.950)	(102)	(2.454)
Imobilizado líquido				
Saldo em 31/12/2011	499	1.169	27	1.695
Saldo em 31/12/2012	446	825	-	1.271
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

10. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo do intangível bruto	Intangível em rodoviaobras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 01/01/2011	568.384	40.280	9.474	1.339	2.924	622.401
Adições	8.074	-	-	294	327	8.695
Alienações e baixas	(840)	-	-	(8)	(2.082)	(2.930)
Transferências	374	-	-	-	-	374
Saldo em 31/12/2011	575.992	40.280	9.474	1.625	1.169	628.540
Adições	1.995	-	-	283	-	2.278
Baixas	(890)	-	-	-	-	(890)
Saldo em 31/12/2012	577.097	40.280	9.474	1.908	1.169	629.928
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2011	(242.323)	(24.199)	(5.545)	(416)	-	(272.483)
Amortização	(32.691)	(1.849)	(421)	(411)	-	(35.372)
Alienações e baixas	625	-	-	-	-	625
Transferências	(374)	-	-	-	-	(374)
Saldo em 31/12/2011	(274.763)	(26.048)	(5.966)	(827)	-	(307.604)
Amortização	(33.137)	(1.720)	(434)	(173)	-	(35.464)
Alienações e baixas	158	-	-	-	-	158
Saldo em 31/12/2012	(307.742)	(27.768)	(6.400)	(1.000)	-	(342.910)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2011	301.229	14.232	3.508	798	1.169	320.936
Saldo em 31/12/2012	269.355	12.512	3.074	908	1.169	287.018

Taxa anual de amortização

13%

- Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada;
- Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente, conforme Nota Explicativa nº 16;
- Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida em junho de 2006, OHL Participações, que detinha participação no capital social da Centrovias. Em exercícios anteriores, essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

11. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Modalidade	Encargos anuais	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante:			
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3%a.a. a 5,30%a.a.	2.405	3.805
Passivo não circulante:			
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3%a.a. a 5,30% a.a.	3.337	5.587

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2012, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final será em 15 de março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2014	2.355
2015	982
	<u>3.337</u>

Em 31 de dezembro de 2012 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. Debêntures

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2012		31/12/2011	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	67.773	84.168	68.575	151.489
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	8.802	140.475	8.421	132.996
Custo de transação	406.131			76.575	224.643	76.996	284.485
				(598)	(693)	(775)	(1.280)
Total				<u>75.977</u>	<u>223.950</u>	<u>76.221</u>	<u>283.205</u>

Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

- a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2012 de R\$1 (mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	120.000	27/04/2010	121.899
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e a amortização trimestral iniciou-se em 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas séries apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2014	87.504
2015	56.641
2016	39.845
2017	39.960
	<u>223.950</u>

As debêntures da 1ª e 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor é reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão é reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas;
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização;
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“SinkingFund”), conforme descrito na Nota Explicativa nº7.

13. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuo para capital de giro.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Os saldos e transações realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
Ativo circulante		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Arteris S.A. (1)	21.361	16.412
Contas a receber - partes relacionadas:		
Arteris S.A.	4	5
Autovias S.A.	3	7
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias	-	6
Vianorte S.A.	-	3
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	17	22
	24	43
Ativo não circulante		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Arteris S.A. (1)	45.000	45.000
Passivo circulante		
Fornecedores - partes relacionadas:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (2)	-	198
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	1.633	570
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	300	101
	1.933	869
Contas a pagar - partes relacionadas:		
Arteris S.A. (1)	7	110
Autovias S.A.	4	-
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias	3	-
	14	110
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	11.507
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	1.168	1.438
Total dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.168	12.945

	2012		2011	
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Conservação da rodovia	Receita financeira
Arteris S.A. (1)	-	5.823	-	7.023
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (2)	955	-	2.285	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	18.636	-	9.665	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	2.375	-	1.322	-
Total	21.966	5.823	13.272	7.023

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. e é composto por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento(*)	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor em 31/12/2012	Saldo devedor em 31/12/2011
Agosto/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	20.000	29.820	27.596
Setembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	15.000	22.175	20.522
Dezembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.883	2.668
Dezembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.483	10.626
Total			45.000	66.361	61.412

- (*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013 e o principal terá seu vencimento em dezembro de 2015.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos aos serviços prestados em conservação de rotina e serviços de manutenção nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$537 e R\$513, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração de seus Administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$820 e R\$732. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no exercício, absenteísmo, advertências e suspensões.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. Obrigações fiscais

Estão representadas por:

	2012	2011
Imposto de Renda	8.747	6.713
Contribuição Social	3.515	2.989
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	225	273
Programa de Integração Social (PIS)	180	164
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	829	755
Outros tributos federais	214	222
Imposto sobre serviços - ISS	1.451	1.270
Total	15.161	12.386

15. Cauções contratuais

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação das obras contratadas pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estavam representados respectivamente por R\$995 e R\$1.101.

16. Credores pela concessão

Referem-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real (*)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	10.204	9.623	10.479	9.881
Parcela variável (a)	821	747	821	747
Total	<u>11.025</u>	<u>10.370</u>	<u>11.300</u>	<u>10.628</u>
	Valor presente		Valor real (*)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Não circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	<u>40.570</u>	<u>45.082</u>	<u>47.449</u>	<u>53.976</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável corresponde a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	53	65

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ao Poder Concedente foi de R\$19.219 (R\$10.005 de parcela fixa e R\$9.214 de parcela variável).

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2012, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2014	10.743
2015	10.743
2016	10.743
Acima de 2016	15.220
	47.449

17. Provisões

17.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	01/01/2012	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2012
Cíveis	203	254	(1)	(78)	378
Trabalhistas	691	101	(6)	(1)	785
Total	894	355	(7)	(79)	1.163

	01/01/2011	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2011
Cíveis	249	58	(104)	-	203
Trabalhistas	10	739	(58)	-	691
Total	259	797	(162)	-	894

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$609 e R\$ 260, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2012 (R\$738 e R\$183, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

17.2. Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

Provisões	Circulante	Não circulante
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias
Saldos em 01/01/2011	10.582	23.006
Adições	-	23.661
Utilizações	(16.239)	-
Transferências	15.054	(15.054)
Saldos em 31/12/2011	9.397	31.613
Adições	-	34.344
Utilizações	(25.240)	-
Transferências	24.478	(24.478)
Saldos em 31/12/2012	8.635	41.479

Os pagamentos efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 referentes às manutenções realizadas foram de R\$39.168 e R\$24.310 respectivamente.

18. Patrimônio líquido

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$104.798 e está representado por 101.483.834 ações ordinárias, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2012	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	66.544.937	100,00

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2011	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	58.426.322	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em dezembro de 2012 a controladora da Sociedade, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. alterou sua razão social para Arteris S.A..

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reservapara contingências, reserva retenção de lucros, prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral ou reserva de retenção de lucros, observado o artigo 198 da Lei nº6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº6.404/76.

No exercíciofindo em 31 de dezembro de 2012 foram pagos dividendos no montantede R\$58.513, sendo R\$47.006 dividendo adicional proposto referenteao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e R\$11.507 originários da conta de dividendos mínimos obrigatórios provisionados naquela data.

Em 10 de setembro de 2012 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos antecipados no montante de R\$ 26.596, com base no lucro intermediário relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e deliberou a integralização de capital no montante de R\$3.640, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.958, líquido de R\$875, referente ao Imposto de Renda retido na fonte.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

O cálculo da constituição da reserva legal, em 31 de dezembro de 2012, está demonstrado a seguir:

	<u>2012</u>
Constituição da reserva legal:	
Capital social	68.718
Limite para reserva legal (20%)	13.744
Saldo inicial da reserva legal	13.016
Complemento da reserva legal	728
Total	<u><u>13.744</u></u>

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório, em 31 de dezembro de 2012, está demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	74.811
Reserva legal	(728)
Base de cálculo	74.083
Dividendo mínimo obrigatório conforme previsão estatutária	25%
Total	<u><u>18.521</u></u>

Distribuição de dividendos intermediários:	
Juros sobre capital próprio (*)	4.958
Dividendos intermediários	26.596
Dividendos distribuídos no exercício	31.554
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	13.033

(*) Valores líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF calculado à alíquota de 15%.

Dividendos por ação distribuídos no exercício	0,4742
---	--------

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2012, totalizando R\$38.014 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

19. Receitas

Representadas por:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de serviços prestados	306.564	269.464
Receita de serviços de construção	1.920	5.965
Outras receitas	2.469	2.693
	<u><u>310.953</u></u>	<u><u>278.122</u></u>

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	2012	2011
Receita bruta	310.953	278.122
ISSQN	(15.456)	(13.587)
PIS	(2.036)	(1.791)
COFINS	(9.392)	(8.266)
Receita líquida	284.069	254.478

20. Custos e despesas por natureza

Representados por:	2012	2011
Custos		
Custo de construção	1.920	5.965
Com pessoal	11.827	11.026
Serviços de terceiros	10.675	9.615
Depreciação / amortização	35.509	35.088
Custos com poder concedente	9.286	8.165
Seguros / garantias	1.868	2.264
Conservação	8.792	8.798
Provisão para manutenção em rodovias	49.122	33.494
Outros custos	3.829	4.206
Total	132.828	118.621
	2012	2011
Despesas		
Com pessoal	3.833	3.171
Serviços de terceiros	4.248	1.657
Depreciação / amortização	475	761
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	689	1.256
Seguros / garantias	11	19
Outras despesas	1.601	3.926
Total	10.857	10.790

21. Resultado financeiro

Representado por:

	2012	2011
Receitas financeiras:		
Juros ativos	5.823	7.023
Aplicações financeiras	14.866	25.160
Reversão encargos financeiros - ajuste a valor presente	51	1.147
Outras receitas	410	309
Total receitas	21.150	33.639
	2012	2011
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(38.838)	(54.304)
Atualizações monetárias sobre o direito de outorga	(6.072)	(5.443)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(2.621)	(1.161)
Outras despesas	(3.158)	(2.125)
Total despesas	(50.689)	(63.033)

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº5.

b) Informações suplementares

	2012	2011
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar	204	1.475
Aumento de Capital com integralização de lucro do exercício	3.640	3.200
Juros sobre capital próprio proposto e não pago	1.168	1.438
Dividendos propostos e não pagos	-	11.507

23. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	2012	2011
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	110.320	95.160
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(37.509)	(32.354)
Juros sobre o capital próprio	1.983	1.769
Efeito de adições e exclusões	17	(220)
Despesa contabilizada	(35.509)	(30.805)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Corrente	(46.357)	(36.421)
Diferido	10.848	5.616
	(35.509)	(30.805)

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

24. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Básico	2012	2011
Lucro líquido do exercício	74.811	64.355
Número de ações durante o ano (milhares)	61.132	58.426
Lucro por ação - básico - R\$	1,2238	1,1015
Diluído		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	74.811	64.355
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	61.132	58.426
Lucro por ação - diluído - R\$	1,2238	1,1015

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	141.429	189.021
Aplicações financeiras vinculadas	12.708	18.373
Contas a receber de clientes	19.568	16.743
Partes relacionadas	66.385	61.455
Outras contas a receber	127	198

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Passivos		
Fornecedores e cauções	4.939	3.527
Empréstimos e financiamentos	5.742	9.392
Debêntures	299.927	359.426
Credores pela concessão	51.595	55.452
Partes relacionadas	3.115	13.924
Outras contas a pagar	578	870

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nos índices sujeitos a variação sem desconsiderar os juros fixos sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Juros a incorrer (*)	(10.810)	(12.918)	(15.012)	(8.674)
Receitas de aplicações financeiras	11.136	13.919	16.703	8.352
Receitas financeiras de mútuo	5.725	7.013	8.226	4.578
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(466)	(469)	(477)	(465)
IPCA	5,70%	7,13%	8,55%	4,28%
Juros a incorrer (*)	(20.067)	(22.281)	(24.728)	(17.683)
Juros a incorrer, líquidos	(14.482)	(14.736)	(15.288)	(13.892)

Fonte dos índices do cenário provável: Relatório Focus - BACEN de 28 de dezembro de 2012.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$17.816 e R\$15.077, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
	Efetiva % a.a.					
Debêntures	11,2	89.297	84.766	161.675	206.098	541.836
BNDES automático	10,3	2.613	2.373	606	-	5.592
Credores pela concessão	7,8	11.025	9.186	9.186	22.199	51.596
		<u>102.935</u>	<u>96.325</u>	<u>171.467</u>	<u>228.297</u>	<u>599.024</u>

26. Informações por segmento de negócio

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. Garantias e seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial; das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária; e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial de obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2012 as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	25.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	114.707

(*) Por sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
Itirapina	SP 310/ KM 217	4,20
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	6,90
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	5,90
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	6,70
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	8,70

EVENTOS RELEVANTES

CONCLUSÃO DA OPERAÇÃO DE AQUISIÇÃO DA PARTÍCIPES EN BRASIL

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes en Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e, que por sua vez, controla a Centrovias, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes en Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a

cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

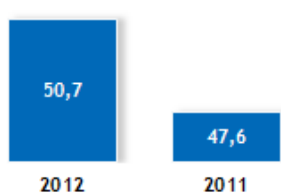
Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

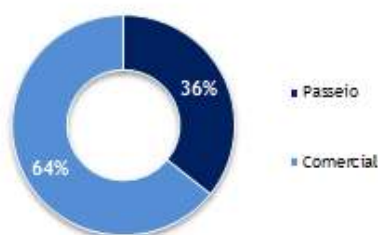
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 50,7 milhões de veículos equivalentes em 2012, 6,5% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



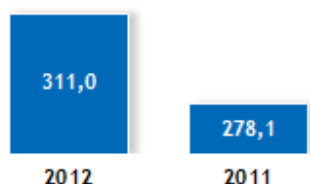
Composição do Tráfego
Ano 2012



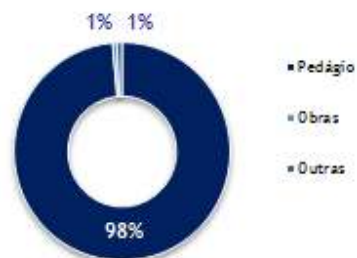
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$311,0 milhões em 2012, com crescimento de 11,8% em relação aos R\$278,1 milhões registrados em 2011.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2012



A receita de pedágio cresceu 13,8%, passando de R\$269,5 milhões em 2011 para R\$306,6 milhões em 2012. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste de 4,3% da tarifa básica praticada, com base no IGP-M acumulado entre os meses de junho de 2011 e maio de 2012, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A receita de obras é registrada em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em “Custos dos serviços de construção” em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado. Em 2012 registrou decréscimo de R\$4,0 milhões (-66,7%), passando de R\$6,0 milhões para R\$2,0 milhões. Essa redução resultou, essencialmente, da conclusão das obras de duplicação das praças de pedágio.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,5 milhões (-8,0%) em 2012.

No ano de 2012, a Companhia obteve receita líquida de R\$284,1 milhões, R\$29,6 milhões superior ao ano de 2011.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Custo dos serviços de construção	(2,0)	(6,0)	-66,7%
Serviços de terceiros	(14,9)	(11,3)	31,9%
Pessoal	(15,9)	(14,2)	12,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(49,1)	(33,5)	46,6%
Conservação	(8,8)	(8,8)	0,0%
Custos com poder concedente	(9,3)	(8,2)	13,4%
Seguros e garantias	(1,9)	(2,3)	-17,4%
Remuneração da administração	(0,5)	(0,5)	0,0%
Consumo	(2,3)	(2,5)	-8,0%
Outros	(3,5)	(6,8)	-48,5%
Custos e despesas	(108,2)	(94,1)	15,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 15,0% em 2012 em comparação ao exercício de 2011. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Aumento de R\$3,6 milhões em “Serviços de terceiros” em função de reclassificação das despesas com serviços de limpeza e tarifa de administração de *tag* antes classificados em “Outros”;
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,5% e: (i) compra de uniformes, (ii) aumento na contratação de mão-de-obra temporária e (iii) rescisões salariais.
- Aumento de R\$15,6 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Os custos com poder concedente correspondem a 3,0% da receita bruta mensal e sofreram variação de 13,4%, decorrente da evolução da receita;
- Redução de R\$0,4 milhão na rubrica “Seguros e garantias” em função da renovação de seguros de riscos nomeados e operacionais com vigência superior a 12 meses.
- Em consumo, a variação negativa de 8,0% deve-se, principalmente, à renegociação da contribuição sindical;

- A variação negativa de 48,5% em “Outros” ocorreu essencialmente por reclassificações na rubrica “Serviços de terceiros” citadas anteriormente, e também por diminuição nos custos com manutenção de veículos, ressarcimentos aos usuários e provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receita líquida	284,1	254,5	11,6%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(108,2)	(94,1)	15,0%
EBITDA ¹	175,9	160,4	9,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	49,1	33,5	46,6%
EBITDA Ajustado	225,0	193,9	16,0%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2012 em R\$225,0 milhões, com um aumento de 16,0% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receitas Financeiras	21,2	33,6	-36,9%
Despesas Financeiras	(50,7)	(63,0)	-19,5%
Resultado Financeiro Líquido	(29,5)	(29,4)	0,3%

O resultado financeiro líquido de 2012 foi negativo em R\$29,5 milhões, 0,3% maior em relação ao ano de 2011.

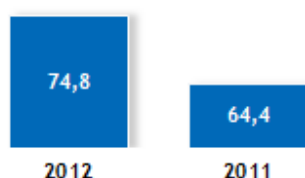
As receitas financeiras apresentaram queda de 36,9%, que correspondeu a R\$12,4 milhões, esta diminuição está diretamente relacionada à redução das aplicações financeiras decorrentes de resgates de recursos para liquidação dos compromissos da companhia e também à redução da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos.

As despesas financeiras sofreram redução de R\$12,3 milhões (-19,5%) em consequência de: (i) amortização dos saldos de principal e juros das debêntures, (ii) variação menor da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que é aplicado para a remuneração das debêntures da 1ª série e (iii) variação do IGP-M que é aplicado para a atualização monetária do ônus fixo.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2012 com lucro líquido de R\$74,8 milhões, com acréscimo de 16,1% em comparação ao exercício de 2011. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2012	31/12/2011	Var.
Dívida Bruta	305,7	368,8	-17,1%
Curto Prazo	78,4	80,0	-2,0%
Longo Prazo	227,3	288,8	-21,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(154,1)	(207,4)	-25,7%
Dívida Líquida	151,6	161,4	-6,1%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento bruto totalizava R\$305,7 milhões, apresentando queda de R\$63,1 milhões (-17,1%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização das parcelas de financiamentos e debêntures durante o período.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2012 em R\$151,6 milhões, apresentando redução de R\$9,8 milhões em relação ao montante de R\$161,4 milhões registrado no encerramento do exercício de 2011. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,7x, ao final do exercício anterior esta relação era de 0,9x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

Proventos em dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendo	23/04/2012	24/04/2012	R\$58,5 milhões
Dividendo	10/09/2012	10/09/2012	R\$10,9 milhões
Dividendo	10/09/2012	01/11/2012	R\$15,6 milhões
Juros sobre o capital próprio	11/01/2012	19/01/2012	R\$ 1,4 milhão
Juros sobre o capital próprio	23/04/2012	23/04/2012	R\$1,6 milhão
Juros sobre o capital próprio	25/07/2012	25/07/2012	R\$1,2 milhão
Juros sobre o capital próprio	26/10/2012	26/10/2012	R\$1,1 milhão

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$41,5 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, sendo 94,4% (R\$39,2 milhões) deste total destinado às obras de manutenção e conservação das rodovias, dentre as quais vale destacar: (i) a 3ª intervenção de pavimento na SP 310; (ii) a recuperação de estruturas metálicas das praças de pedágio; e (iii) a implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP-225 e SP-310.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2012	2011
Empregos diretos	317	315
Rotatividade	4,02%	3,42%

No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 58,0% de mulheres, contra 42,0% de homens. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 84,5% dos profissionais. Vale mencionar que 12,3% possuem superior completo.

Ao longo de 2012, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 6.792 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 21 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Centrovias tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

Educação

O Projeto Escola, desenvolvido desde 2001, tem como proposta “Educar para Humanizar o Trânsito”. No ano de 2012, o projeto obteve o envolvimento direto de 2.406 educadores e 41.706 educandos de 64 escolas públicas localizadas nas áreas de influência da Companhia.

Também foram desenvolvidos pelo Projeto Escola os programas: Viva Motorista (450 atendimentos); Viva Motociclista (1.240 atendimentos); Viva Ciclista (828 atendimentos) e Passarela Viva (657 atendimentos).

Saúde

O Programa “Viva Saúde” voltado ao bem-estar dos caminhoneiros é dirigido aos usuários que transitam pelas rodovias administradas pela Companhia. O objetivo é permitir o acesso a orientações e exames que alertem para problemas de saúde que possam interferir no exercício de sua profissão e na condução dos veículos. Em 2012, 291 pessoas foram beneficiadas pelo programa.

Cultura

Em 2012, a Companhia também apoiou diversos projetos culturais com base nas leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet). Esses projetos tiveram como foco a promoção da cultura nas áreas onde a Companhia atua. O montante destinado aos projetos artísticos e culturais durante o ano foi de R\$765 mil.

Esporte

Em 2012, a Companhia também apoiou projetos esportivos, com base nas leis de incentivos fiscais (Lei nº. 11.438/2006), e projetos municipais. Os principais projetos para os quais foram destinados recursos durante o exercício foram: Projeto Basquete Cidadão Rio Claro/SP, Associação Marcos Mercadante de Judô “Kimono de Ouro” Araras/SP e Esporte Clube Pinheiros São Paulo/SP. O montante destinado aos projetos esportivos e municipais durante o ano foi de R\$388 mil.

Ambiental

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Centrovias desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população dos municípios inseridos na área de concessão. Cabe destacar o plantio de 287.933 mil mudas de árvores nativas em áreas degradadas e de mata ciliar desde o início da concessão até dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro



Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Contador

Antonio Marques dos Santos

CRC - 1 SP 141.955/O-3